

BRIDGES NETWORK

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 10, NÚMERO 4 - JUNHO 2014



Quantos degraus guardam um conhecimento?

DIREITOS AUTORAIS

A urgente reforma da Lei de Direitos Autorais Brasileira: somos todos infratores?

PATENTES

A Revisão da Lei de Patentes: o Brasil como mero consumidor de conhecimento ou produtor de inovação?

ACORDOS MEGARREGIONAIS

O impacto da TPP sobre a inovação e o acesso ao conhecimento



International Centre for Trade
and Sustainable Development

PONTES

VOLUME 10, NÚMERO 4 - JUNHO 2014

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development

Genebra, Suíça

EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Suzi Yumi Katsumata

CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

DESIGN GRÁFICO

Flarvet

LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: pontes@ictsd.ch

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

REGULAÇÃO DA INTERNET

4 **Regulação da Internet: um olhar para o caso do Brasil**

Juliana Nolasco Ferreira

REGULAÇÃO DA INTERNET

7 **Marco Civil da Internet: o debate não acabou**

Luiz Fernando Marrey Moncau

DIREITOS AUTORAIS

11 **A urgente reforma da Lei de Direitos Autorais Brasileira: somos todos infratores?**

Monica Guise Rosina

PATENTES

14 **A Revisão da Lei de Patentes: o Brasil como mero consumidor de conhecimento ou produtor de inovação?**

Pedro Paranaguá

ACORDOS MEGARREGIONAIS

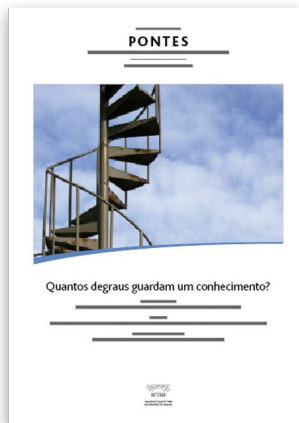
18 **O impacto da TPP sobre a inovação e o acesso ao conhecimento**

Carolina Sepúlveda

24 **Informações úteis**

25 **Publicações**

O valor das ideias



Parcela considerável da vitalidade de qualquer sociedade deriva de sua habilidade em oferecer novas soluções para persistentes problemas. De fato, não fosse nossa imaginação, dificilmente seríamos capazes de estabelecer padrões de convivência tão complexos. Por outro lado, tamanho dinamismo resulta em uma constante rearticulação dos fundamentos para a competição entre distintos grupos humanos. De fato, tanto a apropriação e transformação de recursos naturais quanto o seu intercâmbio obedecem a uma lógica em constante mutação. Em meio a tantas reviravoltas, muitas vezes valores já consolidados são ameaçados, exigindo um constante esforço de readequação institucional.

Maior complexidade foi acrescentada a essa realidade com a importância crescente de bens e serviços intangíveis. Em um planeta em que a maioria das ideias têm um valor de mercado, determinadas perguntas são incontornáveis. Quais são os fundamentos econômicos e jurídicos para o estabelecimento de um regime de direitos de propriedade intelectual? Qual é a capacidade do legislador de acompanhar as transformações sociais, adequando as regras às práticas dos indivíduos? De que maneira a heterogeneidade regulatória ao redor do mundo influencia a dispersão do conhecimento? Como conciliar as demandas por desenvolvimento, por um lado, e os anseios por lucros daqueles que chegaram a uma solução inovadora primeiro?

Longe de esgotar esse árduo debate, o presente número do Pontes convida você, prezado(a) leitor(a) a refletir sobre as perguntas expostas acima. Afinal, muito daquilo que consumimos é constituído por uma ideia. Entender como o conhecimento é produzido, protegido e transacionado é um requisito indispensável para a compreensão da produção, da proteção e do intercâmbio dos bens e serviços que tornam nossas vidas mais fáceis. Reconhecer os inúmeros dilemas existentes no encaminhamento do tema é fundamental, ademais, para qualquer interpretação sobre por que a vida de alguns humanos é mais fácil que a de outros. Mais especificamente, inexistirá solução para a pobreza crônica em diversas porções do planeta sem uma discussão aprofundada sobre os padrões de difusão e apropriação do conhecimento.

Aberto à livre disseminação do conhecimento, o Pontes reafirma o convite a você, prezado(a) leitor(a): caso queira comentar as notícias publicadas no [site do Pontes](#), ou escrever um e-mail, sinta-se à vontade. Comprometida com a preparação de um material capaz de fomentar debates relevantes nas áreas de comércio e desenvolvimento sustentável, nossa equipe acredita que a pluralidade de ideias constitui a base para a construção de qualquer conclusão. Dentro dessa proposta, nossos(as) leitores(as) ocupam um lugar central.

Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

REGULAÇÃO DA INTERNET

Regulação da Internet: um olhar para o caso do Brasil

Juliana Nolasco Ferreira

Este artigo apresenta a trajetória do Marco Civil da Internet até sua promulgação, identificando as principais partes interessadas no debate e os argumentos apresentados na tramitação do referido arcabouço regulatório.

É possível desenvolver um arcabouço institucional e legal que regule o uso da Internet e que promova a inovação, o acesso ao conhecimento e a privacidade? Essa regulação pode fomentar o acesso ao conhecimento e à inovação de modo condizente com a realidade social, econômica e cultural do Brasil? Nos últimos anos, o Brasil tem adquirido destaque nesse debate no mundo: com a sanção do Marco Civil da Internet e a realização da reunião Net Mundial, em São Paulo, o país reuniu representantes do governo, empresas de tecnologia, academia e comunidade técnica para discutir questões urgentes sobre o futuro da governança da Internet no mundo. O Brasil tem sido procurado para esses debates porque, por quase seis anos, diversos atores têm debatido essas mesmas questões no país sob o manto do muito anunciado Marco Civil da Internet.

A preocupação com a construção de um modelo brasileiro de regulação para a rede mundial de computadores ganhou fôlego quando o Projeto de Lei (PL) sobre Crimes em Informática, proposto pelo então deputado federal Luiz Piauhyllino (PSDB-PE), passou a tramitar em regime de urgência no Senado Federal, recebendo um substitutivo ao texto de autoria do então senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Os debates em torno do PL 84/1999 refletiam a ideia de que o Brasil precisava de regulação e controle e de que a nova versão do Projeto serviria a esse propósito. Defensores também argumentaram que o PL poderia harmonizar a legislação brasileira em relação à Convenção de Budapeste, acordo que estabelece normas internacionais para os crimes de Internet no mundo. Embora haja alguma dúvida quanto à adequação do PL às normas do acordo internacional, a ratificação da referida Convenção foi vista por muitos como um passo importante para os esforços do Brasil em afirmar sua liderança em questões relacionadas ao desenvolvimento de políticas para a Internet tanto na América Latina quanto no mundo em geral.

Muito do que foi discutido pelos opositores ao PL 84/1999 girava em torno da visão de que este promoveria a censura e o vigilantismo no ambiente digital, colocando em risco a privacidade dos internautas, a liberdade de expressão e a promoção de redes abertas, prejudicando assim a inovação na rede. Uma das primeiras reações nesse sentido foi a de Ronaldo Lemos, então diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro, que defendeu a ideia de que, para promover a inovação no país, antes do debate sobre a criação de novos tipos penais, era preciso discutir um marco regulatório civil para a Internet.

Anteriormente à apreciação do PL pelo plenário do Senado, teve início outra onda de manifestações contra o projeto de Azeredo. André Lemos, professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA); João Caribé, publicitário e ativista digital; e Sergio Amadeu, sociólogo e defensor do *software* livre no Brasil, difundiram uma petição online, intitulada "Pelo veto ao projeto de cibercrimes – em defesa da liberdade e do progresso do conhecimento da internet brasileira". O documento contou com mais de um milhão de assinaturas à época. Em junho de 2008, a oposição ao PL 84/1999 já reunia iniciativas diversas, tais como ações online e presenciais, blogs, seminários e audiências, com destaque para o blog "Mega Não", criado por João Caribé.

Internautas no Brasil:

102,3 milhões

Usuários ativos:

53,7 milhões

Fonte: Ibope (2013)

Em agosto de 2008, foi encaminhada à Câmara dos Deputados uma petição de iniciativa popular, que requeria a realização de audiência pública para discutir os impactos sociais, econômicos, políticos, jurídicos, tecnológicos e científicos do PL da Câmara No. 89/2003, referente a crimes na área de informática e Internet. Assinaram a petição o Comitê Gestor da Internet, o Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas (CTS-FGV), membros da Comunidade de Software Livre do Brasil e o Coletivo Intervenções, entre outros.

Parte da sociedade civil organizada do Rio Grande do Sul enviou, em abril de 2009, uma carta ao ministro da Justiça, pedindo o arquivamento do substitutivo que estava sendo desenvolvido naquele Ministério, bem como o arquivamento do PL de Azeredo. Em resposta à carta enviada, Tarso Genro reconheceu o debate público, bem como as críticas feitas em relação à regulação penal e aos problemas trazidos pelo PL do senador Azeredo. Para Genro, a carta pretendia "colocar a discussão do projeto de lei em um novo patamar, mais técnico e político e menos apaixonado". Ainda, o ministro amenizou o substitutivo debatido no Ministério da Justiça, garantindo o empenho do órgão em corrigir os problemas gerados pelo PL de Cibercrimes e a participação da sociedade civil no processo.

Nesse sentido, em 4 de junho de 2009, César Alvarez, assessor especial da Presidência da República, convocou reunião entre diversos representantes de movimentos sociais e projetos de inclusão digital e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Isso representou o primeiro de vários esforços do governo federal para facilitar e participar dos debates sobre possíveis modelos para regulação de Internet, a fim de construir uma alternativa ao PL que fosse ao encontro das cada vez mais firmes demandas da sociedade civil.

Dos tipos penais para a garantia de direitos civis

Em 26 de junho de 2009, o presidente Lula compareceu ao 10º Fórum Internacional de Software Livre, em Porto Alegre. Acompanhado do assessor especial da Presidência da República, César Alvarez, da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e do ministro da Justiça, Tarso Genro, ele foi recebido por diversos ativistas do movimento pelo software livre. O discurso proferido por Lula nessa ocasião marcou uma virada fundamental no debate nacional sobre regulação da Internet: ficou claro que o presidente viu a conexão entre o PL de Azeredo e a promoção de censura e a necessidade da garantia de direitos garantidos na rede.

Encarregado de propor um marco de direitos civis para a regulação da Internet no Brasil, o Ministério da Justiça firmou convênio com o CTS-FGV para a concepção e organização de debate em torno do tema. Dada a novidade do tema, optou-se pela realização da consulta pública em duas fases: a primeira, realizada por meio de um blog aberto a comentários e da utilização do Twitter; a segunda etapa, baseada em uma minuta do anteprojeto de lei. A iniciativa permitiu que a sociedade discutisse a questão de forma transparente e mais inclusiva.

Esse processo continuou até maio de 2010, quando o Ministério da Justiça elaborou um texto final do PL, que foi enviado pela presidente Dilma Rousseff ao Congresso em 24 agosto de 2011.

Edward Snowden e a reanimação do Marco Civil

Em julho de 2013, na esteira das divulgações iniciais de Edward Snowden sobre programas de vigilância executados pela Agência Nacional de Segurança (NSA, sigla em inglês) dos Estados Unidos, Glenn Greenwald publicou um artigo no jornal brasileiro *O Globo*, no qual assegurava que o Brasil também era alvo de vigilância por parte dos Estados Unidos.

Em seu pronunciamento à 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 24 de setembro, a presidente Dilma Rousseff criticou as ações de espionagem dos Estados Unidos no Brasil e indicou que o país apresentaria proposta de Marco Civil multilateral para a Internet que estivesse em conformidade com os seguintes princípios: i) liberdade

de expressão; ii) governança democrática, multilateral e aberta; iii) universalidade; iv) diversidade cultural; e v) neutralidade da rede.

Como resultado das revelações de Snowden, o governo passou a enxergar no Marco Civil da Internet uma resposta eloquente à questão de vigilância digital e decidiu priorizar o projeto de Lei, posicionando o Brasil como líder global nos debates em torno de governança e regulação da Internet. Em 11 de setembro de 2013, a presidente Dilma Rousseff designou regime de urgência constitucional na votação do Marco Civil da Internet, com prazo de 45 dias para que os deputados apreciassem o PL. Em 22 de maio de 2014, o Projeto foi aprovado no Senado Federal, em votação rápida e sem emendas e sancionado na abertura do evento Net Mundial.

Considerações finais

Nos últimos seis anos, a sociedade civil brasileira amadureceu o debate sobre a necessidade de um quadro jurídico de regulação para a Internet que fosse condizente com a realidade social, econômica e cultural do país.

O tema da regulação da Internet é ainda controverso no mundo inteiro. A velocidade e a facilidade com que as transformações se dão no campo do ciberespaço desafiam o Direito. Problemáticas em torno da liberdade de expressão, inovação e atos ilícitos desafiam o arcabouço legal existente, que muitas vezes se torna insuficiente para dar respostas a fenômenos no mundo virtual. Um movimento pendular entre essas duas formas de transformação pode ser encontrado no mundo inteiro: se, por um lado, formuladores de política e a sociedade debatem a criação de normas para lidar com as novas questões trazidas pela Internet, por outro lado, muitas vezes, legisladores e tribunais parecem desconhecer o funcionamento do mundo virtual. Como consequência disso, vive-se o paradoxo entre a tentativa de proteção ultrarrestritiva e a liberalização generalizada.

A experiência brasileira, face a esse desafio, viu o debate passar de um PL que poderia criminalizar muitas atividades *online* comuns para um marco civil de direitos para a Internet. Nesse processo, a sociedade civil organizada desempenhou um papel importante na formação de um debate em torno das formas desejáveis de regulação e mobilizou um diálogo com o governo. Isso resultou em mudanças na forma como a regulação da Internet foi vista e priorizada e facilitou o processo de construção de propostas de alternativas regulatórias.

É importante destacar que o tema da regulação da Internet no Brasil adquiriu destaque quando o uso da rede passou a ser aprofundado no país, como parte da rotina dos brasileiros: a forte oposição ao PL de Crimes Cibernéticos adquiriu destaque porque a sociedade percebeu que ele afetaria suas vidas. O amplo uso público da Internet como ferramenta econômica, educacional e cultural constituiu um ponto de inflexão nesse processo.

Cumpra aqui mencionar também que não só a evolução do uso, mas também o acúmulo de conhecimento em torno do tema resultam em novas alternativas em torno da regulação da Internet. As diversas discussões realizadas acerca de novos tipos penais e a garantia de direitos evoluíram à medida que aumentava o conhecimento dentro do Congresso Nacional e do governo federal sobre o tema.

Nesse contexto, o Marco Civil da Internet foi concebido por meio de amplos debates e consultas à população. Trata-se de um quadro inovador, uma vez que sua formulação contou com ampla participação popular e incorporou questões relativas a inovações tecnológicas e à ampliação de oportunidades digitais, criando as bases para uma sociedade da informação mais democrática.



Juliana Nolasco Ferreira
Diretora executiva do Instituto
de Tecnologia & Sociedade do
Rio de Janeiro.

REGULAÇÃO DA INTERNET

Marco Civil da Internet: o debate não acabou

Luiz Fernando Marrey Moncau

Neste artigo, o autor reflete sobre os principais pontos do Marco Civil da Internet, recentemente aprovado no Congresso brasileiro, e identifica desafios à sua implementação, de modo que a promoção do desenvolvimento e da inovação não infrinjam a neutralidade de rede.

A Lei 12.965 (Marco Civil da Internet) foi aprovada em 22 de abril de 2014 no Senado Federal e sancionada imediatamente após pela presidente Dilma Rousseff durante o NetMundial – Encontro Multissetorial sobre Governança de Internet, realizado em São Paulo nos dias 23 e 24 do mesmo mês.

Apesar do notável avanço trazido pelo texto em assuntos fundamentais para o desenvolvimento nacional, como a inclusão digital (art. 4º) e a afirmação de importantes diretrizes para a atuação do Estado (arts. 24 a 28)❶, essas questões acabaram obscurecidas pela forte disputa em torno de questões como a regulação da neutralidade de rede, privacidade e liberdade de expressão.

Mesmo com a aprovação da Lei, as discussões sobre esses temas não devem ser encerradas. A guarda compulsória de dados por parte dos provedores deverá ser regulamentada pela Presidência da República, gerando debates sobre privacidade e vigilantismo estatal. A jurisprudência definirá os limites e contornos da liberdade de expressão a partir das novas regras para remoção de conteúdo em casos de calúnia, injúria e difamação. Será preciso que as empresas se adaptem às normas que tratam sobre coleta e proteção de dados pessoais na rede. E os Estados deverão se adequar às diretrizes acima mencionadas, bem como fiscalizar o cumprimento da Lei. Em resumo: o debate em torno do Marco Civil da Internet ainda não acabou.

O presente artigo busca mapear as disputas e argumentos sobre o tema que foi apontado como o coração da legislação pelo Deputado Alessandro Molon, relator do Projeto de Lei: a neutralidade de rede.

As disputas sobre neutralidade de rede no Congresso

A neutralidade de rede está prevista no artigo 9º da Lei 12.965/2014: “[o] responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação”.

O artigo 9º estabelece, portanto, como um dever para as empresas que fornecem a infraestrutura física de conexão à Internet tratar todos os dados que enviamos e recebemos em nossa navegação de maneira igual❷. Em outras palavras, tais empresas não podem bloquear ou degradar a qualidade de qualquer tipo de serviço ou aplicação.

Como se tem observado no Brasil❸ e em outros países❹, essas empresas possuem diversos motivos para tratar os dados que enviamos e recebemos de maneira diferente (e, portanto, não neutra). O motivo mais evidente seria a possibilidade de oferecer pacotes de serviço diferenciados ao consumidor, com acesso apenas a redes sociais ou somente a serviços de *streaming*❺ – bloqueando o acesso a outros tipos de *sites* e aplicativos.

Na tramitação do Marco Civil na Câmara dos Deputados, um dos argumentos contra a neutralidade sustentava que essa obrigação impediria o consumidor de contratar um plano com acesso, por exemplo, apenas a redes sociais. Logo, essa obrigação acabaria por restringir a liberdade de escolha do consumidor.

1,7 bilhão

Número de dispositivos adaptados para a recepção de *streaming* comercializados no mundo em 2012.

2,67 bilhões

Expectativa de número de dispositivos a serem comercializados em 2017.

Fonte: IHS (2013)

Por outro lado, prevaleceu o argumento de que, no longo prazo, esse “benefício” se traduziria em problemas para a inovação e a concorrência, já que, sem a neutralidade de rede, as empresas de telecomunicações passariam a ter a prerrogativa de definir, por exemplo, quais serviços poderiam ser prestados ao consumidor final em cada um de seus planos, modulando a entrada de novos competidores no mercado. Em um plano hipotético que ofertasse ao consumidor o acesso apenas a redes sociais, nada garantiria a liberação do acesso a novos serviços. Em um ambiente de inovação permanente e de escala global, uma nova rede social teria dificuldades em atingir o público consumidor, já que necessitaria da habilitação das empresas de telecomunicações para competir em pé de igualdade com as empresas já estabelecidas. Como resultado, as práticas de mercado conduziram à concentração e à redução da competição, prejudicando, por fim, a liberdade de escolha do consumidor.

Por trás dessa discussão está o principal interesse das empresas de telecomunicações: a liberdade para cobrar valores diferenciados dos diversos prestadores de serviço ofertados na Internet.

Nos Estados Unidos, as regras que definiam a neutralidade de rede foram questionadas no Judiciário pela Verizon, empresa de telecomunicações que oferece acesso à Internet. Em setembro de 2013, a Corte de Apelações do Distrito de Columbia julgou que a agência reguladora dos serviços de comunicação estadunidenses – a Comissão Federal de Comunicações (FCC, sigla em inglês) – havia extrapolado sua competência ao regular a neutralidade de rede⁶. Desde então, as empresas de telecomunicações passaram a buscar acordos comerciais com provedores de conteúdo.

Um dos primeiros acordos foi logrado entre a Comcast e o Netflix. Por meio desse acordo o Netflix, site que oferece o *streaming* de filmes *online*, passou a remunerar a Comcast (empresa de telecomunicações) com o objetivo de assegurar a qualidade do serviço. Após o acordo, o CEO do Netflix, Reed Hastings, chamou a cobrança de imposto arbitrário e defendeu a neutralidade de rede⁷.

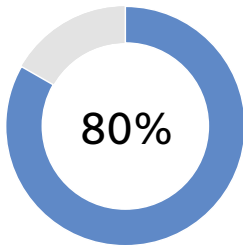
Com a aprovação do Marco Civil da Internet, a questão acabou resolvida no âmbito legislativo. Restou claro que as empresas de telecomunicações devem tratar de maneira isonômica os dados que enviamos e recebemos. No entanto, a discussão será reaberta em, ao menos, duas frentes: a interpretação da Lei e sua regulamentação, como veremos a seguir.

A interpretação da Lei

As violações da neutralidade de rede podem ser materializadas de diversos modos: uma forma possível é a oferta de acesso gratuito a determinados serviços (como redes sociais) ou aplicações (como aplicativos para dispositivos móveis). O acesso do consumidor seria subsidiado pelas próprias empresas (redes sociais, por exemplo), que remunerariam as teles por meio de acordos comerciais.

Nos anos que antecederam a aprovação do Marco Civil da Internet, algumas empresas de telefonia móvel chegaram a ofertar acesso gratuito a redes sociais e e-mail. Nesse período, as empresas de telecomunicações afirmavam que a aprovação da neutralidade de rede inviabilizaria “serviços tipo 0800 que possibilitam o acesso gratuito do usuário a determinados sites e que são remunerados pelo provedor de aplicação”⁸.

A mudança de posicionamento das empresas deixou evidente a estratégia de disputar o significado do comando previsto no artigo 9º do Marco Civil da Internet [sobre neutralidade de rede]



Percentual de pessoas das classes D e E que nunca usaram a rede.

Fonte: Agência Brasil (2013)

No dia da aprovação da Lei 12.965/2014 no Senado Federal, as empresas modificaram sua interpretação, afirmando que “[o] texto preserva também a oferta de pacotes diferenciados, como os de acesso gratuito a redes sociais, que hoje são utilizados por dezenas de milhões de usuários, especialmente nos celulares. E garante ainda a continuidade de programas como o desenvolvido pelo Ministério da Educação, que prevê conexão gratuita à internet para reciclagem e aperfeiçoamento de professores, além de projetos como o de internet 0800, em que a conexão é paga pelo site que está oferecendo o serviço, e o controle pelos pais dos conteúdos que podem ser acessados pelos filhos”⁹.

A mudança de posicionamento das empresas deixou evidente a estratégia de disputar o significado do comando previsto no artigo 9º do Marco Civil da Internet, ainda que a redação seja suficientemente clara ao proibir qualquer tipo de discriminação do tráfego de dados em função do serviço que se busca acessar. É incerto, entretanto, se as empresas de telecomunicações levarão essa interpretação às últimas consequências, resistindo no respeito à norma ou, eventualmente, buscando afirmar a nova interpretação no Judiciário.

A regulamentação da Lei

Outro ponto crucial relativo à implementação da neutralidade de rede diz respeito à sua regulamentação, prevista no artigo 9º, inciso I, do Marco Civil da Internet, segundo o qual:

§ 1º A discriminação ou degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Presidente da República previstas no inciso IV do art. 84 da Constituição Federal, para a fiel execução desta Lei, ouvidos o Comitê Gestor da Internet e a Agência Nacional de Telecomunicações, e somente poderá decorrer de:

- I requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada dos serviços e aplicações; e
- II priorização de serviços de emergência.

Isso quer dizer que a presidente deverá editar decreto detalhando os casos em que pode haver a discriminação ou degradação do tráfego de dados. A especificação clara de como poderá se dar a priorização de serviços de emergência não deve causar grandes problemas. Definir em que casos a discriminação poderá ocorrer para a prestação adequada dos serviços e aplicações, por outro lado, será uma tarefa de alta complexidade técnica e que pode permitir, de maneira camuflada, violações à regra de neutralidade.

CGI e ANATEL

Parte substancial do debate sobre a regulamentação deverá girar em torno da definição de qual entidade governamental será responsável por monitorar o cumprimento da norma. As alternativas naturais são dois órgãos já existentes: a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e o Comitê Gestor da Internet (CGI). A disputa por tal competência pode tornar ainda mais delicada a já conturbada relação entre essas entidades, o que ficou evidente na tramitação do Marco Civil da Internet.

Além disso, os debates sobre governança da Internet têm colocado as duas instituições em campos opostos. A ANATEL representa o Brasil na União Internacional de Telecomunicações (UIT), órgão pertencente à Organização das Nações Unidas (ONU). Em um modelo que coloque a governança global da rede nas mãos das Nações Unidas, a Agência sairia fortalecida, com mais competências sob sua alçada. Esse modelo reforça o papel dos Estados na governança da rede e é o preferido das empresas de telecomunicações, que possuem vasta influência nas agências reguladoras mundo afora.

Parte substancial do debate sobre a regulamentação deverá girar em torno da definição de qual entidade governamental será responsável por monitorar o cumprimento da norma.

Já o CGI indica o caminho de uma governança multissetorial (com participação de governos, academia, sociedade civil e empresas). Esse é o modelo adotado pelo próprio Comitê, apontado como um exemplo de multissetorialismo no mundo. Por relativizar o poder das teles e ampliar o de organizações de interesse público, esse modelo conta com a simpatia de vários setores da sociedade civil.

Além de tudo isso, há alguns anos, a ANATEL preteriu o CGI no processo seletivo da entidade responsável por aferir a qualidade do serviço de Internet. A escolhida foi a PriceWaterHouseCoopers, empresa privada que prestou consultoria às teles e deu parecer contra a proposta de regulação da ANATEL, que estabeleceu os padrões de qualidade do serviço.¹⁰ A escolha foi criticada por organizações de defesa do consumidor e pelo NIC.br, órgão que faz parte do Comitê Gestor da Internet.

Conclusões

Nos próximos meses, é possível que os debates sobre a neutralidade de rede voltem à agenda regulatória brasileira, e todo esse histórico deve voltar à tona.

Apesar dos avanços trazidos pelo Marco Civil da Internet, ainda há espaço para retrocessos. A interpretação e a regulamentação da Lei não podem tornar ineficaz o texto que assegura a neutralidade de rede, prejudicando assim o desenvolvimento e a inovação no Brasil.

-
- ❶ Essas medidas incluem "a adoção de tecnologias, padrões e formatos abertos e livres" (art. 24, V), "a promoção da interoperabilidade tecnológica dos serviços de governo eletrônico" (art. 24, III), bem como diretrizes para a educação para o uso da tecnologia (art. 26) e o fomento a cultura digital (art. 27). São, portanto, diretrizes fundamentais para o desenvolvimento do Brasil, podendo incentivar a inclusão digital de parcela substancial da população, hoje excluída do universo do comércio eletrônico, do acesso à informação, cultura e educação e de tantos serviços públicos essenciais.
 - ❷ Ver: Afonso, Carlos. *Todos os datagramas são iguais perante a Rede!* Publicado em: <<http://bit.ly/SIK7nP>>.
 - ❸ Em 2005, no Brasil, a Telemar chegou a estabelecer no contrato de prestação do serviço de Internet que não era permitido "o tráfego de voz sobre IP" em seu serviço Velox. Um exemplo de serviço de Voz sobre IP (VoIP) é o Skype, concorrente direto dos serviços de telefonia ofertados pela Telemar.
 - ❹ Um amplo relato sobre práticas contrárias à neutralidade de rede e o estado da arte da regulação na Europa pode ser encontrado em: <<http://bit.ly/NGa5kb>>.
 - ❺ *Streaming* é o nome dado a uma forma de transmissão de dados, geralmente de música ou vídeo, que não requer o armazenamento desses dados pelo usuário.
 - ❻ A íntegra da decisão pode ser acessada em: <<http://1.usa.gov/1eBNagQ>>.
 - ❼ Para mais detalhes, ver: <<http://glo.bo/1oUTG8E>>.
 - ❽ A afirmação está em apresentação feita por funcionário do Sindicato das Empresas de Telecomunicações. Ver: <<http://bit.ly/1khUbZN>>.
 - ❾ Para o texto completo, ver: <<http://bit.ly/1mCY0qN>>.
 - ❿ Para mais detalhes, ver: <<http://bit.ly/1oUTPjr>>.



Luiz Fernando Marrey Moncau
Pesquisador gestor do Centro de
Tecnologia e Sociedade, da FGV
DIREITO RIO.

DIREITOS AUTORAIS

A urgente reforma da Lei de Direitos Autorais Brasileira: somos todos infratores?

Monica Guise Rosina

Em cinco atos, este artigo analisa situações de nosso cotidiano que constituem infrações à atual redação da Lei de Direitos Autorais. A autora chama atenção para a urgência de uma reforma da referida Lei, de modo a torná-la compatível com o contexto tecnológico atual.

Todos os dias, milhares de fãs de Harry Potter, Senhor dos Anéis, *Game of Thrones* – apenas para citar alguns dos tantos exemplos – compartilham, em plataformas online, suas próprias versões das histórias. Os universos fantásticos criados por J. K. Rowlings, Tolkien e George R. R. Martin são, assim, expandidos, interligados, alterados. O casal de vampiros mais popular dos dias atuais, Bella e Edward, pode ser encontrado na Terra Média, interagindo com Frodo e os demais integrantes da sociedade do anel. Ou então o rumo dos dois, dentro de seu próprio universo, é tragicamente alterado, levando o leitor a um finale bastante diverso do que aquele originalmente desenhado pela criadora da saga *Crepúsculo*, Stephenie Meyer.

Fenômeno crescente, tanto em dimensão¹ quanto em imaginação, a prática é conhecida como *fanfiction* ou, para os mais íntimos, *fanfic*. Trata-se de produção cultural que se baseia em obras já existentes, sejam elas livros, programas de televisão, músicas, peças de teatro. Não é fenômeno novo (lembre, por exemplo, dos antigos fanzines² de novelas!), mas foi potencializado pelo surgimento da Internet e o aprimoramento de plataformas de publicação e compartilhamento de conteúdo. Via de regra, os autores de *fanfic* não escrevem para comercializar o material produzido, mas sim para alimentar os espaços virtuais dos quais participam, fomentando o sentimento de pertencimento a determinada comunidade de fãs.

Frente a essa realidade, a questão que se coloca – ao menos a partir de uma ótica jurídica – é a legalidade da prática tendo em vista a atual legislação brasileira de direitos autorais, o que nos leva também a refletir sobre sua natureza.

Trata-se a *fanfiction* de obra derivada? Se sim, dependeria de autorização prévia e expressa do criador originário, o que raramente³ acontece. Trata-se de paródia, ainda quando desprovida de elementos cômicos? Nesse caso, independeria de autorização, desde que não constituindo “verdadeira reprodução da obra originária”, nem lhe “implicando descrédito”, nos termos da Lei. Reproduzir não apenas um, mas diversos personagens de obra pré-existente, ainda que alterado o fio condutor da história, configura a reprodução prevista pelo artigo 47 da Lei?

É preciso lembrar também dos direitos morais, previstos na Lei de Direitos Autorais brasileira, em especial aqueles que asseguram ao autor a integridade da obra, “opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra”, ou então “o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada”.⁴ Um conto de *fanfic* que muda o rumo original de uma história (matando, por exemplo, um personagem central como Harry Potter; ou então adicionando elementos eróticos a uma narrativa originalmente destinada ao público infantil) configuraria alteração de obra original, ferindo direitos morais do autor?

Em última instância, quem é dono de um personagem e dos universos fantásticos que eles compõem? Podem as disposições do direito autoral impedir esse tipo de produção cultural?

Exportação de direitos
autorais pelo Brasil:

2010
US\$ 495.000

2011
US\$ 880.000

2012
US\$ 1,2 milhão

Fonte: CBL (2013)

(Ato 2)

Todas as noites, milhares de fãs de música eletrônica dançam ao som de DJs que brincam com músicas pré-existentes, em um fenômeno conhecido como *remix*. São pequenos trechos, em geral de 2 ou 3 segundos, de centenas de músicas diferentes, compondo um som que embala multidões. Este também é o caso do gênero musical conhecido por *hip-hop*, que movimenta bilhões de dólares todos os anos. No hip-hop, são também bastante comuns os *mash-ups*, a sobreposição de vocais de determinada composição à melodia de outra.

Veja, por exemplo, o caso do álbum intitulado *The Grey Album*. Lançado em 2004 pelo músico Brian Joseph Burton, mais conhecido como Danger Mouse, trata-se da sobreposição do vocal a *cappella* do disco *The Black Album*, do rapper Jay-Z, às melodias de dezenas de músicas criadas a partir de *samples* do álbum *The Beatles*, mais conhecidos pelos fãs como *The White Album*. Não havendo autorização dos detentores dos direitos autorais, a EMI processou Danger Mouse, pedindo a retirada do material do mercado por violação a direitos autorais – a resposta dos fãs de Danger Mouse foi o *download*, em um único dia, de mais de 100.000 cópias do álbum por meio de centenas de *websites* que disponibilizaram o conteúdo como forma de protesto.

A legislação estadunidense traz uma previsão específica que possibilita defesa a potenciais infrações de direito autoral. É o *fair use*, ou uso legítimo, honesto. Trata-se de uma regra geral a ser aplicada no caso concreto pelas cortes, e que – de modo geral – permite o uso não-autorizado de material protegido desde que realizado de forma limitada e para uma finalidade transformativa, não podendo impactar a exploração econômica da obra original. Em última instância, o *fair use* garante que novas formas de produção cultural baseadas em obras pré-existentis tenham um argumento de defesa previsto em lei.

Quando o músico *Danger Mouse* faz a mixagem de centenas de segundos de melodias originalmente produzidas pelos Beatles, gerando novas obras a partir delas e, ao final, sobrepondo vocais de um terceiro artista a elas, ele está infringindo direitos autorais ou participando de uma nova forma de produção cultural, possibilitada pelo surgimento de tecnologias como a mesa de mixagem e, hoje em dia, até mesmo um simples laptop que contenha um software como o *Garage Band*?

No Brasil, a inexistência de um instituto como o *Fair Use* não deixa margem de defesa a este tipo de produção cultural: relega-a à ilegalidade por direta infração de direitos autorais.

(Ato 3)

José compra um CD de MPB (ainda que o ato de se dirigir fisicamente a uma loja e comprar um CD esteja em risco de extinção!) e, ao chegar em casa, transfere o conteúdo do mesmo a seu *iTunes*, pois deseja ouvir as músicas a partir de seu *iPhone*, que carrega sempre consigo.

Artigo 29, IX da Lei de Direito Autorais brasileira: “Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero”. Em outras palavras, infração.

(Ato 4)

A professora de “Filosofia do Direito” deixa, na fotocopadora da universidade pública em que leciona, cópia de 3 capítulos do livro que está utilizando para as discussões em aula, para que os alunos possam xerocar o material. A biblioteca da universidade conta com apenas 1 volume da obra e são quase quatrocentos alunos cursando a disciplina naquele semestre.

Artigo 46, II, da Lei de Direitos Autorais: “Não constitui ofensa aos direitos autorais a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro”.

Três capítulos de um livro que contém cinco capítulos ao total constitui "pequeno trecho"? Considerando que dificilmente o próprio aluno fará, ele mesmo, a cópia do material em questão, ele infringe direitos autorais?

(Ato 5)

Na escola de ensino infantil, a professora do Jardim 2 senta-se no chão da sala de aula rodeada por um grupo de vinte alunos. Hoje, sexta-feira, é o dia favorito da turma, pois é dia de "contação" de história. Durante os quarenta minutos que se seguem, a professora lê, em voz teatral para uma plateia compenetrada, diversas histórias do *Menino Maluquinho*.

Veja, entretanto, o artigo 29, VIII, (a) da Lei de Direitos Autorais: "Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica, mediante representação, recitação ou declamação".

Intervalo

Em que pese a maior ou menor indignação que os exemplos aqui elencados possam gerar no leitor, o fato é que todos eles representam ações cotidianamente realizadas por centenas de milhares de pessoas mundo afora. A criança que cresce ouvindo histórias torna-se o adolescente que escreve *fanfiction* e o adulto que aprenderá a apreciar e, eventualmente, produzir *hip-hop*. Ao colocar na ilegalidade a quase totalidade dos cidadãos, a Lei de Direitos Autorais desconecta-se, cada vez mais, das práticas sociais e culturais, marginalizando produções culturais legítimas, fruto do surgimento e crescente acesso dos indivíduos a novas tecnologias. Ao final, torna-se arcaica.

A reforma da Lei de Direitos Autorais está latente desde a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura. Engavetada durante a gestão de Ana de Hollanda, vislumbra-se agora uma real possibilidade de mudança. A última versão do projeto de reforma traz previsões importantes, como as exceções ao direito autoral para fins educacionais e gestão privada de arquivos eletrônicos. Também se cogita a inclusão de uma cláusula geral, que se assemelha ao instituto do *fair use* estadunidense, garantindo defesa a usos sem autorização que a jurisprudência entender serem honestos.

É tempo de mudar: se 2014 foi o ano do Marco Civil da Internet, que 2015 seja o ano da Reforma da Lei de Direitos Autorais. Ou os filhos de nossos filhos correm o risco de já nascerem infratores – afinal, sabe-se lá as tecnologias que estarão então disponíveis.

❶ O fanfiction.net, maior *site* de *fanfic* do mundo, conta hoje com cerca de 2,4 milhões de usuários (ffnresearch.blogspot.com.br). Investigação exploratória desenvolvida pelo GEPI da DireitoGV mostra que, no Brasil, os maiores *sites* de *fanfiction* agregam pouco mais de 200.000 histórias publicadas (no prelo).

❷ Ver: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fanzine>>.

❸ Na verdade, alguns autores são explicitamente contrários à prática. É o caso, por exemplo, do criador de *Game of Thrones*, que já declarou que os personagens que cria são como seus filhos, e que não quer ninguém inventando história com eles. Entrevista disponível em: <<http://www.smh.com.au/entertainment/books/game-of-thrones-author-george-rr-martin-rules-out-sharing-westeros-20131111-2xbsy.html>>.

❹ Conforme disposto no artigo 24, incisos IV e V da Lei de Direitos Autorais.

❺ A expressão refere-se à música vocal sem acompanhamento instrumental.

❻ Ver: <http://en.wikipedia.org/wiki/The_Grey_Album>.

❼ Ver: <<http://en.wikipedia.org/wiki/GarageBand>>.



Monica Guise Rosina

Coordenadora do Grupo de Ensino e Pesquisa em Inovação (GEPI) e professora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DIREITO GV).

PATENTES

A Revisão da Lei de Patentes: o Brasil como mero consumidor de conhecimento ou produtor de inovação?

Pedro Paranaguá

Partindo de uma análise sobre problemas centrais no texto da Lei de Patentes atualmente em vigor, o autor discute algumas propostas de reforma em debate e identifica as perspectivas e limitações de cada uma delas, tendo em vista as necessidades relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Há relatos de que a Lei de Patentes tenha sido redigida em inglês e posteriormente traduzida para o português – o que evidencia a forte influência de interesses estrangeiros e de pouca adequação às necessidades socioeconômicas do Brasil¹.

A atual Lei de Patentes (No. 9.279/1996) é resultado das negociações do Acordo sobre os Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC). O Brasil poderia ter aguardado cinco anos da entrada em vigor da OMC (1995) para implementar o Acordo TRIPS somente no ano 2000 – mas não o fez (arts. 65.1 e 65.2 do Acordo TRIPS). E poderia ter estendido até 2005 a entrada em vigor do patenteamento de produtos farmacêuticos, tal como fez a Índia – mas igualmente não o fez (art. 65.4 do Acordo TRIPS) (ver Tabela 1 para a implicação disso sobre os preços de medicamentos). Pressionado pelo governo estadunidense, o Brasil adotou sua Lei de Patentes antes do prazo exigido pelo Acordo TRIPS, de forma apressada e sem maiores cuidados no que tange aos efeitos para a inovação do país – e para o desenvolvimento social e econômico.

Em 2005, dez anos após a adoção do Acordo TRIPS, o Banco Mundial concluiu que “as evidências não são conclusivas quanto à relação entre o investimento direto estrangeiro e a proteção dos direitos de propriedade intelectual”². Ou seja, não ficou comprovado que a proteção a patentes aumenta o nível de investimentos estrangeiros. Um estudo da Fiocruz indicou que houve um decréscimo de quase 70% no número de contratos de transferência de tecnologia no setor farmacêutico, caindo de 110 (1992), para 34 (2001)³.

O governo do Brasil é o que mais compra medicamentos no mundo, devido a seu programa de acesso universal. Mesmo assim, o poder de barganha não é dos maiores: as tentativas de negociar a compra de medicamentos patenteados a preços mais baixos nem sempre são frutíferas. Quando não há êxito, a viabilidade de licenciar compulsoriamente uma patente é diminuída, por meio da retórica por parte da indústria multinacional e por argumentos moralmente questionáveis – afinal, são vidas em risco e o mecanismo é plenamente legal⁴.

Ademais, o déficit no setor farmacêutico passou de US\$ 1 bilhão (1996) para US\$ 10 bilhões (2012)⁵. E o número de pedidos de patentes feitos por “residentes” representa aproximadamente 20% do total – sendo que o termo residentes inclui não apenas as empresas de capital nacional, mas também as empresas estrangeiras legalmente constituídas no Brasil. Dentre as 278 patentes farmacêuticas concedidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) de 2003 a 2008, apenas uma é de titularidade de produtor brasileiro⁶.

Em 1993, o déficit brasileiro na balança comercial no setor dos direitos de propriedade intelectual era de US\$ 86 milhões. Em 2012, esse montante alcançou US\$ 3,1 bilhões, segundo dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil.

Tabela 1 – Comparação de preços pagos pelo Brasil e preços de versões genéricas na Índia – preço/unidade (2010)

Medicamento	Preço no Brasil: médio/unid. (R\$)	Preço na Índia: genérico/unid. (R\$)	Variação aprox. preços
Olanzapina 10mg (Zypreza®, Eli Lilly) (esquizofrenia)	11,15 (1)	0,17 (2)*	66 vezes
Atorvastatina 20mg (Lipitor®, Pzifer) (colesterol alto)	3,10 (1)	0,61 (2)*	5 vezes
Mesilato de imatinib 400mg (Glivec®, Novartis) (leucemia)	120,70 (1)	6,71 (3)*	18 vezes

Fontes: Ministério da Saúde, Banco de Preços em Saúde; *Monthly Index of Medical Specialties (MIMS)*; e *Med Guide India*. Disponível em: <http://www.medguideindia.com/>

* Taxa de conversão: 0,03728 Real por Rupia (Banco Central do Brasil)

NB: A Olanzapina teve sua patente expirada em 2010. A principal patente do Imatinib expirou em 2012.

O Brasil deve ter a liberdade de implementar medidas que protejam a função social das patentes. Nesse sentido, os direitos de patentes não devem constituir um fim em si mesmos, mas sim um meio para chegar ao desenvolvimento econômico, social e tecnológico.

Por esses e outros motivos, o Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados, em Brasília, realizou extenso estudo de modo a identificar a necessidade de alterações legislativas no campo das patentes, com o intuito de incentivar a inovação e promover o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do país, conforme determina a Constituição Federal (art. 5, XXIX)⁷.

Em 2013 foi lançado o livro *A Revisão da Lei de Patentes: inovação em prol da competitividade nacional*, com a realização de mesa redonda internacional com representantes dos governos de África do Sul, Argentina, Brasil e Índia, além de um professor dos Estados Unidos, sob a iniciativa do deputado Newton Lima (PT-SP)⁸. O longo estudo resultou em três propostas práticas:

- 1 Apresentação do Projeto de Lei (PL) No. 5.402/2013, dos deputados Newton Lima (PT-SP) e Dr. Rosinha (PT-PR), que propõe as seguintes alterações na Lei de Patentes:
 - i) limitar em 20 anos a vigência do prazo das patentes – a Lei de Patentes em vigor autoriza a extensão do prazo para além de 20 anos. O INPI tem levado pelo menos 8 anos para conceder uma patente; na área de fármacos, esse processo tem levado mais de 10 anos (art. 40, § único, da Lei de Patentes)⁹;
 - ii) proibir o patenteamento de segundos usos médicos e polimorfos (art. 10 da Lei de Patentes);
 - iii) aumentar o rigor do requisito da atividade inventiva, para promover inovação incremental (arts. 13 e 14 da Lei de Patentes);
 - iv) criar o mecanismo de oposição contra pedidos de patentes (arts. 31 e 31-A da Lei de Patentes);
 - v) esclarecer que a proteção a dados de testes clínicos ocorre por meio de repressão à concorrência desleal – e não por meio de exclusividade de dados (art. 195 da Lei de Patentes);
 - vi) instituir o mecanismo do uso público não comercial, conforme previsto no Acordo TRIPS (art. 43-A da Lei de Patentes) e;
 - vii) atualizar o dispositivo sobre anuência prévia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para patentes na área farmacêutica (em consonância com a Resolução 21/2013 da ANVISA), que estabelece o dever desta Agência de analisar, previamente ao INPI, pedidos de patentes envolvendo: (a) produtos na área farmacêutica e química que tenham sido previamente rejeitados pela ANVISA e,

Registros de patentes no Brasil:

2012

33.395

2013

33.989

Registros de marcas no Brasil:

2012

150.107

2013

163.58

Fonte: INPI (2014)

portanto, apresentam riscos para a saúde; e (b) os compostos na área farmacêutica e química que são de interesse para apoiar o Sistema Único de Saúde e que não cumprem os requisitos de patenteabilidade estabelecidos pela Lei de Patentes (art. 229-C da Lei de Patentes).

2 Recomendação ao Executivo de que seja criado, por Decreto, o Conselho de Direitos de Propriedade Intelectual (CoDiPI), com as seguintes sugestões:

- i) substituir o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) pelo novo Conselho vinculado à Casa Civil da Presidência da República, para unificação da política pública nacional de direitos de propriedade intelectual – o GIPI é atualmente vinculado à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) que, por sua vez, está sob o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);
- ii) conferir mais poder ao CoDiPI, tornando suas resoluções vinculantes – atualmente, as resoluções do GIPI não são vinculantes; e
- iii) ampliar a participação de outros órgãos do governo junto ao novo Conselho, além da Presidência da República: inclusão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), ANVISA, Ministério da Educação e Cultura (MEC), CAMEX, Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), bem como de pessoas com notório saber na área, tais como acadêmicos e juristas.

3 Recomendações ao Executivo: utilizando-se da prerrogativa do Legislativo, ao final de cada capítulo do livro, foram feitas recomendações pontuais ao governo, inclusive ao INPI, ao CADE e à ANVISA.

TRIPS-extra

Apesar de haver propostas legislativas como a acima mencionada, que visam a corrigir os erros, há também propostas que buscam enrijecer ainda mais o sistema de patentes, em prejuízo da indústria nacional. O PL No. 357/2011, do deputado Júlio Lopes (PP-RJ), por exemplo, propõe aumentar as penas de crime contra patentes, de 1 a 2 anos para 2 a 4 anos. O Projeto propõe, ainda, que a ação penal passe a ser pública e incondicionada, ou seja, propõe a utilização da máquina do Estado, com verba da arrecadação de impostos, para proteger os direitos privados (patentes) que, em aproximadamente 80% dos casos, é de titularidade de multinacionais estrangeiras.

É importante ressaltar que o Acordo TRIPS não exige que infrações a patentes sejam tratadas como crime. Por isso, a proposta é TRIPS-extra: porque estabelece normas que sequer são exigidas pela OMC. Aliás, nem o Estados Unidos preveem em seu ordenamento jurídico a criminalização de infração contra patentes. A questão é tratada no âmbito civil, por meio de indenização.

O PL No. 357/2011 está atualmente na pauta da Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara dos Deputados, como prioridade da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A prioridade, contudo, não é da indústria nacional, mas sim de multinacionais que fazem parte da CNI. Tanto é que a Libbs Farmacêutica, a Pró-Genéricos, o Instituto dos Advogados do Brasil, o Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual e a Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina), todas fizeram pareceres contrários ao PL 357/2011.

A Libbs, por exemplo, entende que o referido Projeto é contrário ao interesse da indústria nacional porque, entre outros motivos, as multinacionais têm utilizado o sistema de patentes para reserva de mercado, vez que frequentemente tais empresas estrangeiras não exploram no Brasil o produto patenteado, mas impedem que a indústria nacional o produza ou licencie. Na prática, não há inovação local porque não há produção – e se uma empresa nacional quiser produzir ou comercializar o produto, sofrerá as duras penas da lei criminal – e civil. E se o PL 357/2011 for aprovado, o Estado utilizará dinheiro público para fazer valer um direito privado – que em sua maioria é de multinacionais estrangeiras.

Por esses e outros motivos – passadas as eleições – o PL 5.402/2013, que possui amplo apoio da comunidade acadêmica nacional e internacional¹⁰, deveria ser tratado de forma prioritária pelo governo federal, com o objetivo de reequacionar a Lei de Patentes nacional, de modo a atender aos ditames constitucionais de desenvolvimento econômico, social e tecnológico do país, os quais são e deveriam ser o fim primordial do sistema de patentes. Do contrário, o Brasil continuará a figurar primordialmente como mero consumidor de conhecimento tecnológico estrangeiro, com pesadas consequências sociais e econômicas.

A evolução social exige um reequilíbrio urgente no sistema de patentes.

- ❶ Ver: Benjamin, César. Lei de Patentes: Como o Brasil foi vencido. In *Atenção*, Ano 2, No. 4, 1996.
- ❷ Disponível em: <<http://bit.ly/1msKyEL>>.
- ❸ Ver: Bermudez, J. A. Z.; Oliveira, M. A. (orgs). *Intellectual Property in the context of the WTO TRIPS Agreement: Challenges for public health*. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2004.
- ❹ Ao licenciar compulsoriamente uma patente, o titular dos direitos continua recebendo royalties e não há qualquer expropriação, apesar de ser argumento constantemente trazido pela indústria multinacional. O mecanismo do licenciamento compulsório é autorizado pela OMC, conforme previsto no Acordo TRIPS.
- ❺ Zich Moysés Jr., Diretor Depto. do Complexo Ind. e Inovação em Saúde, e Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, MS, 2012.
- ❻ Disponível em: <<http://bit.ly/1msKAMJ>>.
- ❼ Segundo o art. 5, XXIV, CF/88, "a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, (...) tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País".
- ❽ Disponível em: <<http://bit.ly/1qbXP8s>>.
- ❾ Esta questão é motivo da Ação Direta de Inconstitucionalidade No. 5016, impetrada pela ABIFINA.
- ❿ Disponível em: <<http://infojustice.org/support-brazil>>.



Pedro Paranaguá

Professor do LLM da FGV e assessor da Bancada do PT na Câmara dos Deputados para patentes, Internet, privacidade online, direitos autorais e afins. Opinião pessoal.

ACORDOS MEGARREGIONAIS

O impacto da TPP sobre a inovação e o acesso ao conhecimento

Carolina Sepúlveda

Como é possível promover a inovação se o conhecimento é restrito ou limitado por padrões difíceis de serem alcançados? A TPP é uma ameaça para o desenvolvimento de alguns países ou é o novo padrão a seguir? A autora analisa essas e outras considerações com base no último capítulo vazado pelo Wikileaks sobre propriedade intelectual e avalia o possível impacto da proposta dos Estados Unidos.

A Parceria Transpacífica (TPP, sigla em inglês) envolve 12 países e reuniões que já duram mais de quatro anos. A iniciativa surgiu do interesse dos Estados Unidos em juntar-se ao Acordo Estratégico Transpacífico de Associação Econômica (conhecido pela sigla P4). Após intensas negociações, prevaleceu a posição estadunidense, que busca instaurar uma nova geração de acordos com padrões mais elevados, orientados ao século XXI.

Para o Chile, que conta com tratados de livre comércio com todos os países envolvidos na negociação, a TPP certamente possui uma importância mais política que econômica. No entanto, o acordo parece pouco tangível diante das exigências propostas pelos Estados Unidos, consideradas demasiado rigorosas e específicas, especialmente em matéria de propriedade intelectual (PI). Esta área incorporou os padrões mais altos já negociados no âmbito internacional, o que pode ter um grave efeito sobre o acesso a bens farmacêuticos e culturais (livros, *software*), por exemplo.

Ainda mais complexo que o anterior são as repercussões sistêmicas do atual texto de PI, caso seja aceito pelas Partes da TPP, uma vez que incorporam barreiras tanto para o acesso ao conhecimento quanto para a absorção das tecnologias existentes. Isso implica bloquear a inovação de países com baixas taxas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), perpetuando sua condição de consumidores de tecnologia e invenções estrangeiras.

O sistema de PI e, particularmente, o de patentes, deve estar de acordo com o nível de desenvolvimento de cada país. A experiência da Coreia do Sul – um dos países mais inovadores da atualidade – é prova disso: nas décadas de 1960 e 1970, foram promovidas políticas governamentais de acesso e absorção de tecnologia estrangeira, com o objetivo de consolidar uma indústria local de inovação. Uma vez alcançada uma base suficiente para a inovação nacional, nos anos 1980, o país harmonizou seu sistema de PI conforme os padrões internacionais vigentes.

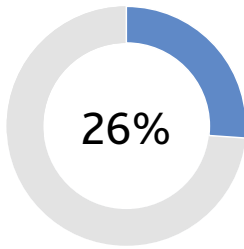
Nesse contexto, analisarei como as normas propostas pelos Estados Unidos em matéria de patentes na TPP, com apoio da Austrália e do Japão na maioria dos casos, podem ter um impacto negativo sobre os países em desenvolvimento.

Acesso ao conhecimento e novas tecnologias

Embora os sistemas de PI devam se adequar ao nível de desenvolvimento de cada país – como mostrou a experiência sul-coreana e da maioria dos países desenvolvidos –, os sistemas harmonizados que prevalecem atualmente no âmbito internacional são legislações exportadas pelos países desenvolvidos. Porém, esses sistemas ainda contemplam, embora de forma insuficiente, certas proteções, limitações e flexibilidades a fim de facilitar o acesso ao conhecimento, pressuposto necessário no processo de inovação, através da divulgação de patentes e de limitações aos materiais patenteáveis.

Novo padrão de divulgação do conhecimento técnico disponível

A divulgação é, sem dúvida, um dos aspectos mais relevantes do sistema de patentes e que possibilita um equilíbrio entre o interesse público e o privado. O fundamento da divulgação é suficiente para assegurar que a sociedade receba o benefício da informação



Parcela do comércio internacional por que responderam os 12 membros da TPP em 2012.

técnica das patentes, isto é, que a sociedade tenha como retribuição o conhecimento completo da patente (o que determinará o estado da técnica) em troca do monopólio concedido ao titular de direito.

Esse equilíbrio torna-se cada vez mais importante com a internacionalização e harmonização do sistema de patentes. Para os países em desenvolvimento que, em virtude de compromissos internacionais assumidos, devem implementar elevados padrões em matéria de PI, o acesso à base de dados de patentes parece ser o único benefício, mesmo que o acesso ao conhecimento técnico possa ser complexo para alguns desses países.

Normativa internacional vigente em matéria de divulgação

No contexto internacional, a obrigação de divulgação da informação de patentes está expressada no artigo 29 do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC); a Convenção de Paris não faz menção a este tema.

O artigo 29 do Acordo TRIPS determina que: “[o]s Membros exigirão que um requerente de uma patente divulgue a invenção de modo suficientemente claro e completo para permitir que um técnico habilitado possa realizá-la e podem exigir que o requerente indique o melhor método de realizar a invenção que seja de seu conhecimento no dia do pedido ou, quando for requerida prioridade, na data prioritária do pedido”.

Entre os requisitos cumulativos, a norma prevê que a informação fornecida da patente seja clara, completa e reproduzível, ou realizada por pessoas capacitadas na técnica. Além disso, o Acordo TRIPS estabelece um requisito voluntário: o melhor método de realizar a invenção (*best mode*).

Exige-se, portanto, a suficiência da divulgação, a saber, que a informação fornecida na solicitação de proteção seja suficientemente clara e completa para possibilitar a reprodução da invenção. Assim, se uma pessoa capacitada na matéria, utilizando a informação fornecida, não conseguir reproduzir a invenção, poderá requerer que a solicitação seja rejeitada ou a revogação da patente, conforme o caso.

Proposta dos Estados Unidos na TPP

A proposta dos Estados Unidos em matéria de divulgação da invenção – apoiada fundamentalmente por Austrália e Peru –, restringe ou limita o padrão de divulgação contido no Acordo TRIPS e observa que:

[Artigo QQ.E.8]:

Cada Parte estabelecerá que a divulgação de uma invenção reivindicada deve ser considerada suficientemente clara e completa se proporcionar informações que permitam que a invenção seja efetuada e utilizada por uma pessoa perita na arte, mas sem experimentação indevida, à data da apresentação da solicitação.

[Artigo QQ.E.9]:

Cada Parte garantirá que uma invenção reclamada esteja suficientemente sustentada pela sua divulgação, quando essa divulgação indicar de forma razoável a uma pessoa perita na arte que o solicitante esteve na posse da invenção reivindicada à data de sua apresentação.

Essa proposta para a TPP apresenta um padrão de divulgação inferior ao contido no Acordo TRIPS pelas seguintes razões:

- 1 elimina a possibilidade de incorporar o *best mode* ou a melhor forma de aplicar a invenção, informação que poderia ser muito útil para que terceiros consigam acesso completo ao conhecimento;
- 2 o artigo QQ.E.8 utiliza uma linguagem em matéria de obrigatoriedade menos exigente que o contido no Acordo TRIPS, uma vez que observa que será entendido que a

Patentes em vigor:

Estados Unidos
1.872.872

Japão
1.270.367

China
828.054

Coreia do Sul
624.419

Reino Unido
599.062

Fonte: OMPI (2013)

divulgação é clara e completa se permitir que a invenção seja realizada e utilizada por uma pessoa especialista na área. Em contraste, o Acordo TRIPS exige de forma direta que a invenção seja divulgada de modo que pessoas capacitadas na matéria possam executá-la;

- 3 o artigo QQ.E.9, por sua vez, parece reduzir ainda mais a obrigação de divulgação e, mais do que isso, pode ser considerado em contradição com o QQ.E.8, ao destacar que a divulgação se entende como suficiente se indicar a uma pessoa especialista na matéria que o solicitante estava em posse da invenção à data da apresentação. Portanto, parece que apenas com a prova da posse da invenção no momento da solicitação o requisito da divulgação seria entendido como cumprido, sem a necessidade de entregar informações que permitam a reprodução da invenção; e
- 4 por último, apesar de mencionar que a invenção seja feita e utilizada sem experimentação indevida, não se inclui nenhum parâmetro para determinar o que se entende por "experimentação indevida".

Essa nova fórmula normativa proposta na TPP diminui o padrão de divulgação e reprodutibilidade da invenção contida no artigo 29 do Acordo TRIPS. Além disso, está muito abaixo do que prevalece atualmente nos Estados Unidos, onde não só se exige o *best mode* e que não haja experimentação indevida, interpretada junto a diversos fatores², sem que adicionalmente se incorpore o requisito de reprodutibilidade da invenção no título 35, seção 112, da legislação estadunidense³. Este requer uma descrição completa da forma e do processo de realização e utilização, a fim de que uma pessoa capacitada na matéria possa fazer uso da invenção.

Como observa Carlos Correa, o objetivo primordial da divulgação⁴ é ensinar ao público algo novo e útil. Se a informação necessária para divulgar tal conhecimento não está disponível, não se cumpre com o princípio de interesse público que sustenta o sistema de patentes. Pela mesma razão, a implementação dessa proposta na questão da divulgação da informação de patentes teria efeito direto sobre o acesso ao conhecimento, já que as bases de dados das patentes estariam incompletas, afetando assim o estado do conhecimento técnico⁵.

Ampliação do universo de materiais patenteáveis

No geral, a regulação dos bens patenteáveis tanto no âmbito nacional quanto internacional delimita as possibilidades de apropriabilidade de certas matérias, fundamentalmente por razões de interesse público.

No contexto internacional, a primeira norma que faz referência às matérias patenteáveis é a Convenção da União de Paris, que, no entanto, não contempla nenhum limite ou restrição ao patenteamento. Posteriormente, o Acordo TRIPS estabeleceu os limites referenciais para definir o universo de proteção de patentes de acordo com os princípios do interesse público. Ele abrange todos os campos da tecnologia e menciona expressamente os organismos vivos como suscetíveis à proteção, mas incorpora dois grupos de exceções que permitem delimitar ou restringir o material patenteável.

O primeiro grupo de exceção é fundamentado na ordem e moralidade pública; o segundo grupo (artigo 27.3.b) é motivado por razões de saúde pública e o descarte de soluções técnicas naturais e não antropogênicas. Segundo esse artigo do Acordo TRIPS, as matérias que podem ser excluídas são: i) métodos, diagnósticos terapêuticos e cirúrgicos para o tratamento de seres humanos ou animais; ii) vegetais e animais que não sejam microorganismos; e iii) produção de vegetais ou animais mediante procedimentos essencialmente biológicos que não sejam procedimentos não biológicos ou microbiológicos.

Proposta dos Estados Unidos na TPP

A proposta dos Estados Unidos no marco da TPP é eliminar as exceções contempladas no Acordo TRIPS, eliminando toda restrição ao patenteamento de métodos de

Patentes concedidas por país:

Japão

239.338

Estados Unidos

146.871

Coreia do Sul

79.652

Alemanha

53.752

China

48.814

Fonte: OMPI (2013)

diagnóstico, terapêutico e cirúrgico, assim como as invenções sobre plantas e animais ou biotecnológicas (Artigo QQ.E.1).

Uma das principais implicações dessa proposta é seu impacto sobre a apropriação de seres vivos no acesso ao conhecimento, por exemplo, no desenvolvimento de pesquisas futuras. Essa regra promoveria situações que até agora têm sido muito questionadas, mas de forma isolada – como nos casos do *oncomouse* e das patentes vinculadas à ovelha Dolly, nos quais se percebe a tendência de apropriação de seres vivos.

Outro aspecto relevante é o efeito dessa ampliação sobre a utilização de recursos genéticos endêmicos, uma vez que não existe até o momento uma normativa internacional vinculante que os proteja e que, portanto, impeça seu uso não autorizado. Na falta de sanções, a biopirataria pode espalhar-se, afetando países ou regiões biodiversas.

A ampliação das matérias patenteáveis a plantas e animais abre grandes oportunidades para empresas de biotecnologia, que, por definição, são altamente técnicas e exigem elevado financiamento. Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁶, as empresas de biotecnologia são, em sua maioria, voltadas para a área de saúde (mais de 50%) e mais de 42% são estadunidenses⁷.

Por último, o universo de matérias patenteáveis também se estende pela via dos novos usos ou métodos de uso de produtos conhecidos (artigo QQ.E.1). Essa ampliação, que promove os *evergreening* ou patentes "verdes" por meio das quais se amplia a vigência das patentes de forma escalonada (20 anos ou mais), principalmente através de novos usos de princípios ativos conhecidos, tem sérias implicações sobre o acesso aos medicamentos e, portanto, sobre a saúde pública.

Reforçando as barreiras para a absorção de novas tecnologias

Outra etapa relevante do processo de inovação é a absorção de conhecimento e tecnologia, entendida como a capacidade para assimilar o conhecimento (imitar e adaptar), com o objetivo de criar um conhecimento novo. Os sistemas atuais de PI dos países, principalmente no caso de Canadá, Estados Unidos, Japão e Reino Unido, tendem a obstruir esse processo, pois proíbem qualquer tipo de utilização das invenções ou criações, e não somente a exploração comercial da invenção.

As normas de observância de patentes propostas na TPP reforçam essa tendência ao contemplarem padrões que inibiriam qualquer uso de tecnologia, inclusive as experimentais, através de mecanismos que fortalecem ainda mais os direitos dos titulares, tais como:

1 sanções exemplificadoras (artigo QQ.H.4.Y): são incorporadas sanções civis dissuasivas, como indenizações que podem chegar a três vezes o valor do dano. Essa proposta, que somente é encontrada no tratado de livre comércio dos Estados Unidos com Marrocos, é ilegal de acordo com a legislação de muitos dos países que negociam a TPP, uma vez que implica o enriquecimento ilícito do titular dos direitos.

2 presunção de validade das patentes (artigo QQ.H.2)⁸: ao presumir o direito do suposto titular dos direitos de PI, deixa sem defesa os supostos infratores, o que facilita e promove a observância dos direitos dos titulares.

Portanto, é muito difícil desafiar a combinação de direitos cuja validade é presumida. Sob uma perspectiva econômica, as elevadas sanções têm como objetivo prevenir qualquer tipo de uso das invenções, incluindo aquelas de caráter experimental, que estão autorizadas como exceções muito limitadas (*exceção bolar*) na maioria das legislações.

Assim, se não houver a possibilidade de uso das tecnologias, não se produzirá sua absorção e tampouco serão geradas as capacidades que permitam produzir P&D+inovação nos países em desenvolvimento.

Considerações finais

As normas de PI propostas pelos Estados Unidos na TPP não somente terão efeitos imediatos sobre o acesso ao conhecimento e preço de bens e serviços essenciais (como farmacêuticos, cirúrgicos e métodos de diagnóstico), como também apresentarão impactos sistêmicos sobre os processos de inovação dos países com baixo nível de P&D, como o Chile.

A evidência de países desenvolvidos mostra a necessidade de acesso ao conhecimento avançado para levar adiante processos de inovação. Assim, tanto o enfraquecimento do requisito de divulgação proposto na TPP como a ampliação das matérias patenteáveis – que beneficia principalmente as empresas altamente inovadoras – caminham no sentido contrário.

Mesmo se milagrosamente o acesso ao conhecimento for possível nos países com baixa P&D, as normas de observância penalizarão qualquer tipo de uso, adaptação ou imitação, reduzindo assim a possibilidade de absorção e inovação. Dessa forma, será perpetuada a relação de dependência entre países emergentes/consumidores de tecnologias e países desenvolvidos/fornecedores destas.

Consequentemente, os países em desenvolvimento que fazem parte da negociação da TPP devem construir uma posição comum focada no desenvolvimento da inovação, que vá além de defender as flexibilidades contidas no Acordo TRIPS. Essa posição deve considerar, entre outros aspectos:

- i) aumentar e não restringir o acesso ao conhecimento: é relevante que o requisito de divulgação aponte para a reprodutibilidade da invenção e incorpore o *best mode* como requisito obrigatório;
- ii) evitar a ampliação do alcance da proteção que possa comprometer o acesso a bens essenciais, com destaque para a proteção de plantas e animais, especialmente se não houver uma proteção internacional adequada aos recursos genéticos; e
- iii) delimitar a observância aos direitos de exploração comercial das invenções, com o objetivo de assegurar a ampla possibilidade de utilização experimental dos novos desenvolvimentos.

Se é difícil escapar da harmonização dos padrões de PI para os países em desenvolvimento, faz falta uma posição mais ofensiva e consistente desses países em torno de um sistema de propriedade intelectual que aposte na inovação por meio de maior acesso e absorção de conhecimento.



Carolina Sepúlveda
Diretora da Intangible Ltda,
ex-chefe do Departamento
de Propriedade Intelectual da
Direção-Geral de Relações
Econômicas Internacionais do
Ministério de Relações Exteriores
do Chile.

① Texto de negociação de 30 de agosto de 2013, vazado pelo Wikileaks, disponível em: <<http://bit.ly/1kWTPYs>>. Tradução da autora.

② Ver: <<http://bit.ly/1txk9ti>>.

③ Ver: <<http://bit.ly/1nPzvtg>>.

④ Ver: <<http://bit.ly/1ktl3jv>>.

⑤ Essa norma foi incorporada aos acordos dos Estados Unidos com a América Central e a República Dominicana (CAFTA-DR, sigla em inglês), Austrália, Bahrein, Coreia do Sul, Marrocos, Omã e Peru.

⑥ Ver: <<http://bit.ly/RPz7yz>>.

⑦ Essa norma foi incluída anteriormente nos seguintes tratados bilaterais dos Estados Unidos: Austrália, Bahrein, Coreia do Sul, Jordânia, Marrocos e Omã.

⑧ Como antecedente, essa suposição pode ser encontrada no tratado de livre comércio dos Estados Unidos com a Austrália, Bahrein, CAFTA-DR e Marrocos.

Informações úteis

ICTSD realiza evento sobre mudanças climáticas

O International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) realizará, por meio de sua Plataforma Global sobre Mudanças Climáticas, Comércio e Energia Sustentável, o evento "Dia do Comércio e Mudanças Climáticas". A iniciativa tomará lugar em 11 de junho, em Bonn (Alemanha), paralelamente às negociações oficiais da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês). Nessa ocasião, haverá debates na interface dos dois temas que dão nome ao evento, com destaque para: esquemas de comércio de emissões; contenciosos comerciais relacionados ao clima; comércio agrícola e segurança alimentar; e difusão tecnológica. O programa completo encontra-se disponível [aqui](#).

GACInt promove palestra com chanceler brasileiro

O Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP), por meio do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (GACInt), realizará, em 6 de junho, palestra com o ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado. A palestra será realizada às 10h30, no Auditório FEA 5, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP), à Av. Prof. Luciano Gualberto, 908, Cidade Universitária. O evento é aberto e não exige inscrição prévia.

Inmetro contrata analista de barreiras técnicas

A Divisão de Superação de Barreiras Técnicas ao Comércio do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) está com seleção aberta para analista na área de barreiras técnicas. O trabalho está vinculado a atividades relativas aos compromissos do Brasil perante o Acordo sobre Barreiras Técnicas da Organização Mundial do Comércio (OMC), à execução de serviços de apoio a exportadores brasileiros e à realização de estudos e pesquisas na área. Os candidatos devem ter formação em Relações Internacionais, Economia, Direito ou Comércio Exterior e, preferencialmente, experiência profissional em relações internacionais ou comércio internacional. A faixa salarial é de R\$ 4.000 (mais benefícios legais), e a carga horária é de 40 horas. O Inmetro está localizado à R. Santa Alexandrina, 416, bairro Rio Comprido-RJ. Para mais informações, telefone para: 21-2563-2800.

Conferência BBEST discutirá avanços em bioenergia

Com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a Conferência Brasileira sobre Ciência e Tecnologia em Bioenergia (BBEST, sigla em inglês) realiza sua segunda edição entre 20 e 24 de outubro, em Campos do Jordão (SP). O evento constitui um espaço de interlocução para cientistas, estudantes, organizações não governamentais (ONGs) e representantes da indústria e do governo. Nessa ocasião, serão debatidos resultados de pesquisas nacionais e internacionais sobre bioenergia, na interface de áreas do conhecimento como: tecnologia, inovação, motores, meio ambiente, sustentabilidade, uso da terra, biomassa e novos combustíveis – com destaque para investigações empreendidas no âmbito do Programa FAPESP de Pesquisa em Bioenergia (BIOEN). A programação da segunda edição da BBEST também conta com um dia voltado à formulação de políticas públicas em bioenergia nas áreas de segurança alimentar, mudanças climáticas, inovação e desenvolvimento sustentável. Para consultar prazos de submissão de *posters* e acessar mais informações sobre a Conferência, clique [aqui](#).

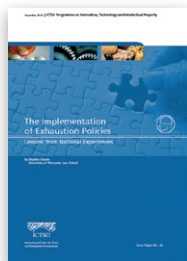
Unicamp tem escola de ciência para Bioenergia

Até 10 de junho, estão abertas as inscrições para a Escola São Paulo de Ciência Avançada (ESPCA) sobre o Presente e o Futuro da Bioenergia, que ocorrerá na Faculdade de Engenharia Química (FEQ) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), entre 10 e 17 de outubro. O evento visa a reunir pesquisadores brasileiros e estrangeiros para debater as perspectivas na área da bioenergia. As atividades serão realizadas na FEQ/Unicamp, localizada à Av. Albert Einstein, 500, na Cidade Universitária Zeferino Vaz, Campinas (SP). Acesse mais informações [aqui](#).

UFSC realiza evento sobre blocos econômicos e potências emergentes

O Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo (GPEPSM) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) está organizando o VIII Congresso Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo, que será realizado em 20 e 21 de outubro, em Florianópolis (SC). Em 2014, o evento será organizado em torno do tema "Blocos econômicos, potências emergentes e acordos comerciais na perspectiva dos sistemas-mundo". Os organizadores ressaltam que também são bem-vindos trabalhos que critiquem a perspectiva dos sistemas-mundo. Os interessados devem enviar, até 10 de agosto, os trabalhos completos (em formato Word ou PDF, com 25 páginas no máximo) para o e-mail <gpepsm@contato.ufsc.br>.

Publicações



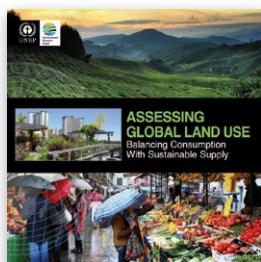
A implementação de políticas de esgotamento: lições de experiências nacionais ICTSD – dezembro 2013

O conceito de esgotamento – que define o término do controle do detentor de direitos de propriedade intelectual sobre bens e serviços – é objeto de crescente atenção por parte de legisladores e tribunais em diferentes países. Em particular, essa questão esteve no centro de duas decisões recentes da Suprema Corte dos Estados Unidos: *Kirtsaeng v. John Wiley & Sons*; e *Bowman v. Monsanto*. Embora o artigo 6 do Acordo sobre Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) proporcione aos membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) a liberdade de adotar seu próprio regime de esgotamento (nacional, regional ou internacional), os países em desenvolvimento têm enxergado cada vez mais limitações nessa direção nos acordos regionais e bilaterais de comércio. Este trabalho analisa a experiência de alguns países, no esforço de contornar tais problemas. Acesse o artigo [aqui](#).



Protegendo o conhecimento tradicional compartilhado: questões, desafios e opções ICTSD – novembro 2013

O conhecimento tradicional compartilhado e amplamente distribuído entre comunidades e através das fronteiras nacionais é frequentemente a norma, e não a exceção. Porém, esta continua sendo uma área na qual soluções políticas e jurídicas ainda precisam ser elaboradas. Nesse contexto, o estudo de Manuel Ruiz Muller oferece uma visão geral das diferentes facetas dessa complexa questão e aponta para possíveis formas de lidar com ela, particularmente no contexto das negociações no âmbito do Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore/ Expressões Culturais Tradicionais (IGC, sigla em inglês) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Acesse o artigo [aqui](#).



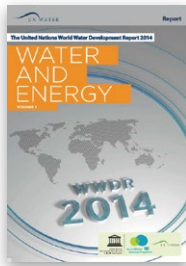
Avaliando o uso global da terra: equilibrando consumo e oferta sustentável PNUMA – janeiro 2014

A necessidade de alimentar um número cada vez maior de pessoas fez com que mais terras fossem convertidas em lavouras. Sob as condições atuais, a expansão da área cultivada bruta pode alcançar entre 320 e 850 milhões de hectares em 2050, o que é completamente incompatível com a capacidade dos ecossistemas em termos de produtividade do solo, recursos hídricos, manutenção da cobertura vegetal e conservação da biodiversidade. Neste relatório, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) faz recomendações com o objetivo de que sirvam de base para a gestão sustentável dos recursos, contribuindo, portanto, para as metas de desenvolvimento sustentável no período pós-2015. Acesse o relatório [aqui](#).



A integração das tecnologias digitais nas escolas da América Latina e do Caribe: um olhar multidimensional CEPAL – maio 2014

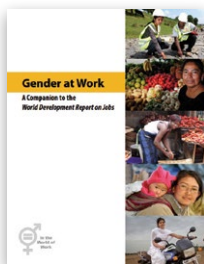
Desde os primeiros projetos de incorporação de tecnologias da informação e comunicação (TIC) nas escolas da América Latina e do Caribe em finais dos anos 1980, considerava-se que o uso dessas tecnologias era prioritário para enfrentar os grandes desafios diante dos países na área da educação. Este relatório avalia o estado da arte nessa matéria. Para isso, os autores analisam as políticas e os componentes mais necessários à efetiva incorporação das TIC no sistema de educação: o acesso, os usos, os conteúdos, a apropriação e a gestão escolar. Também, os autores constroem uma matriz para a análise multidimensional das políticas e dos programas de integração das tecnologias nas escolas. Acesse o artigo [aqui](#).



Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2014

UNESCO – março 2014

Este relatório aborda o vínculo entre água e energia e como as escolhas e medidas adotadas em um domínio podem afetar enormemente o outro, de forma positiva ou negativa. As consequências precisam ser administradas para limitar impactos negativos e fomentar oportunidades de sinergia. Água e energia têm impactos diretos e indiretos na redução da pobreza, pois vários dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) dependem de grandes melhorias no acesso a água, saneamento básico e fontes de energia. O relatório proporciona uma avaliação abrangente das principais tendências emergentes ao redor do planeta, com exemplos de como alguns dos desafios podem ser enfrentados, suas implicações aos legisladores e ações adicionais que podem ser adotadas. Acesse o artigo [aqui](#).



Questões de Gênero no Trabalho

Banco Mundial – fevereiro 2014

O relatório do Banco Mundial informa que as mulheres ainda enfrentam imensas e persistentes disparidades de gênero no ambiente de trabalho e pede a adoção de medidas inovadoras para equilibrar a disputa e liberar o potencial econômico da mulher. Em praticamente todos os indicadores globais, as mulheres são mais excluídas economicamente do que os homens, e as tendências sugerem que a participação da força de trabalho da mulher ao redor do mundo ficou estagnada nos últimos 30 anos, caindo de 57% para 55%, apesar das crescentes evidências de que o trabalho beneficia as mulheres, famílias, empresas e comunidades. Para enfrentar essa desigualdade, o relatório recomenda que os governos adotem ações orientadas que cubram o ciclo de vida da mulher, uma vez que intervenções que se concentram apenas na idade produtiva da mulher começam tarde e terminam cedo demais. Acesse o artigo [aqui](#).



Inserção internacional dos BRICS e as cadeias globais de valor – novas escolhas?

CINDES – maio 2014

Este trabalho realiza uma análise comparada para os BRICS de alguns dos indicadores disponíveis na base de dados TiVA (Trade in Value Added). Esse grupo de países tem constituído objeto de debates sobre sua inserção internacional e seu peso nos fluxos de comércio internacional. Para tanto, essa análise busca identificar as características dos fluxos de comércio desses países com base no componente não doméstico ou estrangeiro de suas exportações. Uma das vantagens dessa base de dados é que, ao fornecer um indicador do grau de participação dos BRICS nos fluxos de comércio, medido por meio do valor adicionado na produção de bens e serviços que é gerado em seus fluxos de exportação e importação, permite também identificar o peso da importação de produtos intermediários no conteúdo de suas exportações. Acesse o artigo [aqui](#).



O fortalecimento das cadeias de valor como instrumento da política industrial: metodologia e experiência da CEPAL na América Central

CEPAL – maio 2014

Este livro apresenta a experiência recente da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) no desenho de uma política industrial e no acompanhamento técnico aos governos de dois países da América Central: El Salvador (cultivo de camarão e fibras sintéticas de roupas esportivas) e Guatemala (hortaliças e madeiras finas). A abordagem foi seguir uma cadeia de valor que permitisse identificar com grandes detalhes as restrições enfrentadas por cada elo, assim como pela cadeia produtiva de modo geral. As estratégias de intervenção para o fortalecimento das cadeias possuem um caráter participativo (público-privado) e dão impulso à mudança estrutural dos países na região, mediante o aumento na produtividade e no valor agregado. Nessas cadeias, os pequenos produtores têm um papel central, na medida em que são constituídas por cooperativas formadas por ex-combatentes de conflitos internos, pequenos agricultores e por cooperativas que exploram de forma sustentável concessões florestais. Acesse o artigo [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol
www.ictsd.org/news/puentes

BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/biores

BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges

桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em chinês
www.ictsd.org/news/qiao

МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo
www.ictsd.org/news/bridgesrussian

BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na África - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges-africa

PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês
www.ictsd.org/news/passerelles



International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9
1219 Geneva, Switzerland
+41-22-917-8492
www.ictsd.org

A produção de PONTES tem sido possível
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da
Dinamarca**

**Ministério de Relações Exteriores da
Finlândia**

**Ministério de Relações Exteriores da
Noruega**

O PONTES também beneficia de
contribuições de especialistas na área
de comércio e desenvolvimento sustentável
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade
ou de patrocínio que contribuam para a
redução de seus custos de publicação e que
ampliem o acesso aos seus leitores.
A aceitação de tais propostas fica a critério
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos
publicados no PONTES são exclusivamente
dos autores e não refletem necessariamente
as opiniões do ICTSD.



Esta publicação é licenciada pelo Creative
Commons Attribution-NonCommercial-
NoDerivative Works 3.0 [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/).

Preço: €10.00
ISSN 1996-919

